

O Teatro do(a) Oprimido(a) pode ser usado nas pesquisas realizadas dentro da Universidade? Estudos sobre violência contra a mulher no campo da Psicologia.

Érika Oliveira (Universidade Estadual Paulista/campus de Assis)

O trabalho com Teatro Fórum que realizei durante minha pesquisa de doutorado nasceu do meu desejo em discutir questões de gênero e violência contra a mulher numa sociedade que, por vezes, culpabiliza as mulheres pelas violências sofridas em seu cotidiano, muitas vezes dentro de suas próprias casas. Seu objetivo principal era, sobretudo, dar visibilidade ao tema, levando-o para diferentes segmentos populacionais compostos tanto por mulheres como por homens, para disparar conversas “não inocentes” (HARAWAY, 1995) sobre uma prática que tem, atualmente, mobilizado a opinião pública por meio não apenas da divulgação da Lei Maria da Penha, como também pela possibilidade de acompanhar as repercussões de sua aplicação através de noticiários, redes sociais, blogs, dentre outras tecnologias sociais. A revisão do enquadramento teórico sobre violência contra a mulher permitiu constatar o quanto as mulheres são, ainda, tratadas como seres *abjetos* (BUTLER, 2010), inumanos, seja porque violências contra elas são naturalizadas e reproduzidas na sociedade brasileira, seja porque as políticas para o enfrentamento ainda se mostram um tanto problemáticas, demonstrando que os espaços destinados ao combate da violência ainda são povoados por discursos machistas, culpabilizadores, maniqueístas.

Dos 84 países mencionados pela pesquisa realizada por Waiselfisz (2012) no *Mapa da Violência 2012*, o Brasil é o 7º país responsável por assassinatos de mulheres, depois de El Salvador, Trinidad e Tobago, Guatemala, Rússia, Colômbia e Belize. As notificações de violência doméstica, sexual ou outras violências contra mulheres registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) do Ministério da Saúde em 2011 demonstram que foram notificados 107.572 atendimentos, sendo que 70.285 (65,4%) mulheres receberam esse tipo de atendimento em comparação com os 37.213 (34,6%) homens atendidos, o que significa que praticamente dos três atendimentos realizados nessa área, dois foram destinados às mulheres que sofreram violência. Os quantitativos registrados pelo SINAN representam, contudo,

apenas uma ponta do iceberg das violências cotidianas que, por sua gravidade, demandam atendimento no SUS. Ainda segundo a pesquisa, o lugar de residência prepondera nas situações de violência, especialmente até os 10 anos de idade e a partir dos 30 anos. A partir dos 10 anos, quem pratica a violência, predominantemente, é o pai, cônjuge ou namorado da responsável pela criança. A partir dos 60 anos de idade, são os filhos que assumem o lugar de destaque na violência contra a mulher dentro de sua própria casa.

Nas matérias veiculadas por sites, televisão e jornais é possível acompanhar, ininterruptamente, notícias de estupros realizados por cinco, seis até 10 homens contra adolescentes ou mulheres adultas (como é o caso veiculado, atualmente, sobre o estupro de duas adolescentes por uma banda de pagode na Bahia)¹, ou de festas como a que aconteceu no município de Queimadas (PB) em que mulheres são abusadas e mortas por conhecidos² ou, ainda, os mais de 100 feminicídios cometidos no Ceará somente no primeiro semestre deste ano³. Mesmo que eu me detivesse na lista de crimes cometidos contra as mulheres no ano de 2012 (e que chegam na mídia), a enumeração dos casos seria longa demais e o relato, exaustivo. Em contrapartida, outras violências são cometidas contra as mulheres por parte do próprio Estado, exemplo disso é a alta cifra de mortalidade de mulheres em razão de abortamentos precários (189 mil mulheres por ano realizam curetagens no SUS) e a criação de medidas realizadas pela atual presidência, tal como a Rede Cegonha que, para muitas feministas, implica num retrocesso de pelo menos 30 anos nas políticas com enfoque de gênero e atendimento integral à saúde de mulheres, por restringir essas discussões à concepção materno-infantil, simplificadora no que tange à saúde das mulheres, não levando em conta os ciclos de vida nem a possibilidade das mulheres não desejarem a maternidade, conforme explica Telia Negrão⁴. Sob o estandarte de querer combater a mortalidade materna, a

¹ Disponível em:

http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3817&catid=43

² Trata-se do estupro coletivo que terminou na morte de duas mulheres em fevereiro de 2012 na cidade de Queimadas, causado por sete homens durante uma festa. Disponível em:

http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3843&catid=43

³ Disponível em:

http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3840&catid=43.

⁴ Telia Negrão é jornalista, cientista política e coordenadora da ONG Coletivo Feminino Plural. É integrante do Conselho diretor da Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos e da Rede de Saúde das Mulheres Latino-Americanas e do Caribe. Participou da última Sessão do Comitê

Rede Cegonha segundo Telia Negrão é uma falácia, pois: “[...] o enfrentamento da mortalidade materna, um dos argumentos para a Rede Cegonha, não está baseado em evidências científicas. A política anunciada é só para as mulheres que querem filho ou aquelas que, mesmo que sem nenhuma condição, vão ter filho contra a própria vontade. Logo, não é uma política que considerou que há mulheres que engravidam e não desejam levar adiante aquela gestação ou que engravidaram em circunstâncias adversas à sua vontade”.⁵ O efeito disso atinge diretamente milhares de mulheres que não têm acesso às clínicas particulares e que necessitam realizar abortos em condições de extremo perigo para suas próprias vidas. Essa discussão, que costuma ser recoberta e abafada pelo manto da religiosidade, transforma a questão em algo que não é entendido como mais uma violência sofrida pelas mulheres em nosso país. Contudo, todas elas mostram o lugar desprivilegiado que a mulher ocupa no cenário atual e como conquistas como a Lei Maria da Penha são necessárias por criar mecanismos para coibir a violência, por um lado, e fazer o debate sobre o tema atingir também a população em geral.

As formações discursivas que conferem à mulher a condição de inferior foram ditadas em nosso país durante séculos e, como demonstra Ramos (2012) em seu artigo sobre o processo histórico-discursivo do uso da legítima defesa da honra no Brasil, a herança da colonização portuguesa contribuiu para a construção de uma estratégia de anulação da mulher através de sua construção como um ser humanamente impensável.

As implicações e desenvolvimento do estudo que realizei para o campo da Psicologia podem ser resumidas na tentativa de considerar a violência contra a mulher numa perspectiva que leve em consideração os “aspectos políticos de sua existência” (AZERÊDO, 2002) e dos eixos de poder e diferenciação que contribuem para que a violência seja vivenciada de maneiras específicas por cada uma delas, dependendo do lugar que elas ocupam na sociedade. Também pretende demonstrar que essa disciplina precisa respaldar-se num amplo conhecimento para lidar com esse tema, não podendo estar encerrada em explicações reducionistas, psicologizadas e que revitimizam as mulheres. São necessárias contribuições que garantam a interdisciplinaridade, de forma a elucidar qual o papel que o(a) psicólogo(a) pode adotar nas redes de enfrentamento à violência, o objetivo de sua atuação, a importância de sua escuta e intervenção e seu

da Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação à Mulher, em Genebra, na Suíça (13 a 17 de fevereiro), aonde levou dados para expor a situação de saúde das mulheres brasileiras.

⁵ <http://www.viomundo.com.br/entrevistas/rede-feminista-de-saude-rede-cegonha-e-um-retrocesso-de-30-anos-nas-politicas-de-genero-saude-da-mulher-direitos-reprodutivos-e-sexuais.html>.

posicionamento dentro desse campo. Além disso, sua formação deve contemplar, além de uma prática clínica, as metodologias alternativas que podem ser acionadas por esse(a) profissional em outros espaços de atuação voltados para o atendimento da população.

Esse estudo permitiu também a compreensão da importância da historicidade na produção das posições que puderam ser visualizadas nas práticas discursivas da plateia para a qual o esquete de Teatro Fórum foi apresentado. Nesse ponto, é possível refletir que o estudo empírico realizado permitiu que se acessassem tais discursos, demonstrando que o Teatro Fórum como produto é um dispositivo que produz ações muitas vezes contraditórias por parte de quem assiste e participa do espetáculo, pois pode ser que a mesma pessoa que se levanta e assume o lugar do(a) protagonista, transformando-se em espect-ator/atriz e defendendo-o(a), é aquela que, nesse mesmo lugar ou sentada em sua cadeira, pode, implicitamente, acusá-lo(a) ou contribuir para a manutenção das opressões vivenciadas. Pensando no uso dessa metodologia dentro de pesquisas participativas ou interventivas na Universidade é necessário criar um mecanismo que provoque a continuidade dos encontros quando o objetivo é levar o produto (peça-fórum) para as pessoas, tentando garantir um aprofundamento sobre o tema que será debatido: como mostrar as contradições contidas nos discursos da plateia e o quanto elas contribuem para a manutenção do *status quo*? Os próprios apontamentos do(a) curinga durante o fórum conseguem evidenciá-las? Como provocar rachaduras nas formações discursivas da plateia, de forma a não apenas levantar uma profusão de ideias, mas também permitir a revisão de seus posicionamentos? Uma única apresentação de uma peça-fórum permite esse tipo de ação? Ou seria o objetivo de uma peça-fórum apenas disparar opiniões, tal como um filme ou outro dispositivo semelhante o fariam? Se for isso apenas, por que escolher o TO e não um filme ou uma palestra?

Parece, então, que da apresentação de uma peça-fórum devem resultar várias outras intervenções que desvelem o quanto a própria plateia contribuiria para situações como as apresentadas pela protagonista, neste caso, a violência conjugal ou amorosa. Essa é uma possibilidade, portanto, caso o(a) curinga/investigador(a) priorize a apresentação de uma peça de Teatro Fórum, isto é, caso tenha focado no produto final: que através de uma peça surjam várias outras intervenções que possam ser reapresentadas para as pessoas, agora incluindo aspectos de suas falas incorporados nos discursos das personagens e reapresentadas para elas, o que significa dizer que as falas

colhidas nas apresentações passam a ser problematizadas e, novamente, publicizadas e levadas a debate. Cabe acentuar que parece mais enriquecedor, quando isso é possível, que a peça seja construída com pessoas da própria população e que as mesmas possam levar o espetáculo para a comunidade em geral. Esse processo de construção coletiva, de ensaios e apresentações, de diálogo com pessoas de diferentes segmentos populacionais, permitiria um reposicionamento significativo diante do tema, ao menos por parte dos(as) integrantes do processo de construção da peça. O caráter processual de uma construção de uma peça de Teatro Fórum, portanto, não deve ser perdido de vista em nenhum momento da pesquisa.

Nesse sentido o Teatro do(a) Oprimido(a) seria uma metodologia inovadora dentro da Universidade, pois consistiria num rico processo grupal de desconstrução e reconstrução a respeito de um determinado assunto, destinado a atingir não apenas o grupo que fez parte de seu desenvolvimento e com o qual o(a) pesquisador(a) pretende realizar seu trabalho de investigação, mas também outros estratos da sociedade. Estudar esse dispositivo de maneira crítica foi outro objetivo da minha pesquisa, não só do uso da modalidade de Teatro Fórum, mas do Arco-íris do Desejo, utilizado também como uma forma de terapia e teatro.

Seguindo essa linha de raciocínio é possível pensar que esse dispositivo, diferente de uma entrevista ou grupo focal, por exemplo, tem a possibilidade de alcançar um número significativo de pessoas, além daquelas que estiverem fazendo parte do processo de elaboração da peça-fórum. Ao levá-la para as demais parcelas da população, aposta-se na multiplicidade e disseminação do debate, realizado *pela* comunidade e *para* a comunidade, do modo previsto por Boal. Faz-se, assim, com que as próprias pessoas que vivenciam as diversas realidades de opressão social, uma vez tendo tomado consciência delas, possam comunicar para outras pessoas, através de sua própria linguagem, sua insatisfação diante disso. Nesse sentido, o TO é mobilizador de ações, criador de conscientização, revelador de novas possibilidades discursivas. Claro está que, consoante a isso, é necessário que se acompanhe as decisões políticas que afetam diretamente o tema com o qual se está estudando, tarefa primordial para o(a) curinga/investigador(a), que deve fornecer ao grupo todo o material disponível e atualizado do assunto que está sendo investigado, o que significa iniciar um sério estudo, caso contrário, o trabalho perde sua veracidade, não podendo contribuir com debates importantes que estão acontecendo em nossa sociedade.

Bibliografia

AZERÊDO, Sandra Maria da Mata. O político, o público e a alteridade como desafios para a Psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*. Brasília: v. 22, n.4, pp. 14-23, 2002.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. pp. 151-172.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*. Campinas: v. 5, pp. 07-41, 1995.

RAMOS, Margarita Danielle. Reflexões sobre o processo histórico-discursivo do uso da legítima defesa da honra no Brasil e a construção das mulheres. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: v. 20, n. 1, pp. 53-73, jan./abr., 2012.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2012 Atualização: Homicídio de Mulheres no Brasil*. FLACSO Brasil, Área de Estudos sobre a Violência, CEBELA, Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, 2012.